

EFEITOS DA RECONFIGURAÇÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES JUDICIAIS EM PROVISÕES EM BANCOS BRASILEIROS

Lígia Carnicelli Carvalho Oliveira

Carlos Adriano Santos Gomes Gordiano - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA

Marilene Feitosa Soares - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA

Danival Sousa Cavalcante - Universidade Federal do Ceará (UFC)

Resumo

O objetivo da pesquisa é analisar os possíveis efeitos econômicos e financeiros da reconfiguração dos passivos contingentes judiciais em provisões em bancos listados na B3. A amostra foi composta por 23 bancos e foram analisados os demonstrativos financeiros do ano de 2019. Como modelo de reconfiguração dos passivos contingentes para provisão foi utilizada uma adaptação da abordagem por níveis percentuais desenvolvida por Rosa (2014). Com a reversão em provisão em 5 cenários. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, qualitativa e documental. Para representar o desempenho econômico e financeiro foram observados os efeitos no lucro líquido das empresas e nos indicadores: retorno sobre o patrimônio líquido, retorno sobre o investimento total, solvência e endividamento geral. Os resultados evidenciam que, para os cenários com maior percentual de reconfiguração dos passivos contingentes em provisão, é percebido um efeito significativo no lucro líquido e entre os indicadores de rentabilidade calculados em comparação com os dados originais. Para os indicadores de solvência e endividamento as variações observadas foram discretas. Observou-se também que os passivos contingentes divulgados são quase em sua totalidade relacionados a processos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Palavras-chave: Passivos Contingentes. Provisões. Bancos.

Abstract

The objective of the research is to analyze the possible economic and financial effects of the reconfiguration of judicial contingent liabilities in provisions in banks listed in B3. The sample consisted of 23 banks and the financial statements for the year 2019 were analyzed. As a model for reconfiguration of contingent liabilities for provision, an adaptation of the percentage-level approach developed by Rosa (2014) was used. With the reversal in provision in 5 scenarios. The research is characterized as descriptive, qualitative and documentary. To represent the economic and financial performance, the effects on the companies' net income and on the indicators were observed: return on equity, return on total investment, solvency and general indebtedness. The results show that, for scenarios with a higher percentage of reconfiguration of contingent liabilities in provision, a significant effect is perceived on net income and between the profitability indicators calculated in comparison with the original data. For the solvency and indebtedness indicators, the observed variations were slight. It was also observed that the contingent liabilities disclosed are almost entirely related to tax, civil and labor proceedings..

Keywords: Contingent Liabilities. Provisions. Banks.

EFEITOS DA RECONFIGURAÇÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES JUDICIAIS EM PROVISÕES EM BANCOS BRASILEIROS

RESUMO

O objetivo da pesquisa é analisar os possíveis efeitos econômicos e financeiros da reconfiguração dos passivos contingentes judiciais em provisões em bancos listados na B3. A amostra foi composta por 23 bancos e foram analisados os demonstrativos financeiros do ano de 2019. Como modelo de reconfiguração dos passivos contingentes para provisão foi utilizada uma adaptação da abordagem por níveis percentuais desenvolvida por Rosa (2014). Com a reversão em provisão em 5 cenários. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, qualitativa e documental. Para representar o desempenho econômico e financeiro foram observados os efeitos no lucro líquido das empresas e nos indicadores: retorno sobre o patrimônio líquido, retorno sobre o investimento total, solvência e endividamento geral. Os resultados evidenciam que, para os cenários com maior percentual de reconfiguração dos passivos contingentes em provisão, é percebido um efeito significativo no lucro líquido e entre os indicadores de rentabilidade calculados em comparação com os dados originais. Para os indicadores de solvência e endividamento as variações observadas foram discretas. Observou-se também que os passivos contingentes divulgados são quase em sua totalidade relacionados a processos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Palavras-chave: Passivos Contingentes. Provisões. Bancos.

1 INTRODUÇÃO

Considerado como potencial gargalo de perdas financeiras fora do controle direto das empresas e levando em conta o crescente volume de processos judiciais, os passivos contingentes ganham destaque nas notas explicativas em diversas companhias. Por sua vez, a conversão destes em provisões provoca efeitos nas demonstrações contábeis, com o reconhecimento de passivos exigíveis e despesas, representando, em certos casos, um risco ao adimplemento de obrigações ou demonstrando insuficiência de recursos, com possíveis reflexos sobre as atividades da empresa.

As demonstrações financeiras representam a materialização da atividade contábil, fornecendo informações úteis para a tomada de decisões econômicas e avaliações por parte de seus destinatários, sendo ferramentas que auxiliam o processo de tomada de decisão. Poeta (2012) destaca que, por serem complexas e possuírem representatividade sobre as perspectivas de futuro das empresas, as contingências passivas requerem atenção e conhecimento sobre sua aplicação, pois uma interpretação equivocada sobre elas pode levar a alterações nos resultados da entidade, afetando seus investidores, de modo análogo, Rosa (2014) e Aharony e Dotan (2004) reforçam que as interpretações errôneas sobre os Passivos Contingentes têm como resultado demonstrações financeiras que não refletem com fidedignidade a realidade da entidade, o que pode comprometer a tomada de decisão dos investidores sobre a saúde financeira das empresas.

Possivelmente uma maior dificuldade na distinção de um evento quanto à sua característica de contingência ou exigibilidade, representa maior risco no processo de melhor julgamento apregoadado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em seus diversos normativos no tocante aos passivos contingentes e as provisões. Assim, esta pesquisa se debruça sobre um melhor entendimento dos efeitos da dinâmica dos passivos contingentes e das provisões nas demonstrações contábeis e na ótica da saúde financeira das instituições financeiras negociadas na B3, diante do grande volume de recursos representados pelas contingências judiciais e da sua imprevisibilidade, em um cenário bastante regulamentado

como é o dos Bancos, que foi selecionado neste estudo, em razão de sua grande representatividade da bolsa brasileira (B3), compondo o setor considerado mais lucrativo em 2019 (suas 23 instituições lucraram R\$ 91,3 bilhões) e que, no *ranking* das dez empresas mais lucrativas do país, no ano de 2019, quatro delas eram bancos (Infomoney, 2020).

Uma vez que contingências passivas podem ensejar o risco de consideráveis perdas financeiras às empresas (Aharony, & Dotan, 2004; Cohen, 2011; Fontele, 2013), busca-se também contribuir para o incentivo de uma análise mais criteriosa na classificação dos riscos dos processos judiciais e administrativos, culminando em informações mais confiáveis e próximas à realidade. Diante do exposto, este estudo procura resposta para a seguinte questão de pesquisa: Quais os possíveis efeitos econômicos e financeiros na reconfiguração dos passivos contingentes judiciais em provisões em bancos listados na B3? Assim, objetiva-se analisar os potenciais efeitos econômicos e financeiros da reconfiguração dos passivos contingentes judiciais em provisões em bancos brasileiros que negociam ações na B3.

Uma vez que a divulgação dos passivos contingentes extrapola a esfera do interesse apenas acadêmico nas questões relacionadas a influência das provisões e contingências passivas nos resultados das companhias, mas também, e especialmente, dos *stakeholders*, que primam pela continuidade das empresas (Darabi & Faghani, 2012; Fonteles, 2013; Pinto, 2014), justifica-se a necessidade de conhecer os riscos a que estas estão submetidas e os efeitos que podem provocar nas demonstrações contábeis para que possam tomar melhores decisões na hora de se relacionar com as instituições. Carmo, Ribeiro e Mesquita (2018) e Nascimento e Arruda (2019) reforçam a relevância da divulgação dos Passivos Contingentes para o mercado de capitais, pois essa evidenciação demonstra como as empresas lidam com os potenciais riscos ligados à sua atividade.

Nesta contextualização, constata-se que é imprescindível observar como a alteração dos passivos contingente em razão da mudança da probabilidade de perda dos processos pode influenciar os resultados das empresas. A contribuição do estudo para a classe contábil se faz evidente ao se analisar o cenário do País, os bancos têm sido um dos setores que mais lucram, portanto, a Contabilidade se torna essencial no acompanhamento do tratamento que está sendo dado ao Patrimônio dessas instituições, podendo inclusive servir como forma de demonstrar o risco que o setor está exposto e os possíveis impactos financeiros presentes nos passivos contingentes. Destaca-se também que foram observadas várias pesquisas que buscaram avaliar os efeitos do reconhecimento dos passivos contingentes, contudo nenhuma delas observou diretamente o setor bancário, sendo este um aspecto diferencial nesta pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Passivos Contingentes *versus* Provisões

O Comitê de Pronunciamento Contábil 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade IAS 37 define provisão como “um passivo de prazo ou de valor incertos” e na sequência indica que “passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos” (CPC, 2009). O termo passivo contingente é retratado como um tipo de passivo que se relaciona a uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade ou se dá em virtude de uma obrigação não reconhecida por não ser provável que implique em uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidá-la ou porque seu valor não pode ser mensurado confiavelmente (CPC 25, 2009).

Assim, pode-se observar que, em sentido geral, todas as provisões são contingentes porque são incertas quanto ao seu prazo ou valor, contudo as provisões diferenciam-se dos passivos contingentes quanto a incerteza sobre os prazos ou os valores que serão desembolsados ou exigidos para sua liquidação. Conforme Niyama e Silva (2013), é importante ressaltar a existência de distinção entre a provisão e o passivo contingente, pois a provisão é um passivo incerto quanto à quantia ou data de vencimento e o passivo contingente é um passivo que será confirmado por um evento posterior.

Conforme Kietzmann (2017), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis determina a avaliação de probabilidade tanto da efetiva existência de uma obrigação presente na data de fechamento das demonstrações, quanto da saída de recursos para liquidar referida obrigação. Segundo a probabilidade de saída de recursos, Gelbcke *et al.* (2018) indica que as obrigações presentes tratadas devem ser avaliadas e classificadas em: (a) provável; (b) possível; ou (c) remota. Sendo, respectivamente: (a) uma provisão; (b) um passivo contingente que deverá ser divulgado em notas explicativas; e (c) um passivo contingente não divulgado. Tais conceitos podem ser simplificados conforme quadro abaixo:

Quadro 1 - Classificação de risco, definição de probabilidade e tratamento contábil dos passivos contingentes

Probabilidade de Ocorrência	Definição de Probabilidade	Tratamento
Provável	mais chance de ocorrer do que de não ocorrer	Se mensurável com suficiente segurança, a provisão é reconhecida e deve ser divulgada nas demonstrações contábeis.
Possível	mais chance de não ocorrer do que de ocorrer	Nenhuma provisão é reconhecida, porém o passivo contingente deve ser divulgado em notas explicativas.
Remoto	apresenta pequena chance de ocorrer	Nenhuma provisão é reconhecida e nada deverá ser divulgado.

Fonte: Adaptado de Kietzmann (2017) e de Gelbcke *et al.* (2018).

Alguns exemplos típicos que podem gerar o reconhecimento de provisões, como destacam Gelbcke *et al.* (2018), são: provisão para garantias de produtos, mercadorias e serviços; provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis; provisão para reestruturação; provisão para danos ambientais causados pela entidade e provisão para obrigação de restituição, desde que a saída de recursos seja julgada provável e baseada em estimativa confiável. Evidentemente que essas situações não são exaustivas e podem variar de acordo com a atividade fim de cada organização.

Uma vez que a incerteza é uma das características dos passivos contingentes, estes devem ser regularmente verificados. Oliveira *et al.* (2020) e Nascimento e Arruda (2019) destacam que as estimativas devem levar em conta os riscos e as incertezas que estão invariavelmente ligados aos eventos. O risco descreve a variabilidade de desfechos, de modo que o desfecho a ser considerado deve ser o mais provável.

Devendo as provisões serem reavaliadas e ajustadas a cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente. Gelbcke *et al.* (2018) acrescentam que os passivos contingentes devem ser avaliados de forma periódica, pois uma saída de recursos pode “inesperadamente” tornar-se provável, uma vez que relacionam-se a ocorrência, ou não de evento futuro que não está sobre o controle da entidade, gerando assim a necessidade, nesse caso, do reconhecimento de uma provisão nos demonstrativos do período em que ocorreu a mudança na estimativa, ou também uma provisão poderá ter sua chance de perda financeira reduzida a um baixa possibilidade, tornando-se um passivo contingente, devendo ser logicamente considerada as demais condições para seu reconhecimento.

2.2 Passivos Contingentes e Provisões Ligados aos Processos Judiciais e Efeitos do Reconhecimento de Provisões

Para Barroso (2020) o processo é o instrumento colocado à disposição dos cidadãos para solução de seus conflitos de interesses e através do qual o Estado exerce seu poder, a jurisdição, sendo baseado em regras legais previamente estabelecidas e buscando, mediante a aplicação do direito ao caso concreto, a entrega do bem da vida, a pacificação social e a realização da Justiça. Os elementos integrantes desse instrumento de exercício do poder estatal são o procedimento (materialização do processo) e a relação jurídica processual contraditória entre o juiz e as partes. Kietzmann (2017) coloca que um processo judicial pode ser resumido como um pleito perante o Poder Judiciário para decisão sobre determinada pretensão. Contudo, nem todo processo judicial implica necessariamente em obrigações possíveis ou presentes, ao avaliar um processo - passivo, promovido contra a companhia, - os profissionais responsáveis procederão com a avaliação de riscos e a mensuração dos valores envolvidos.

Dentre os fatos que podem gerar o reconhecimento de provisões, para Gelbcke *et al.* (2018), é bastante comum o reconhecimento de provisões relacionadas à existência de ações judiciais exigindo o pagamento de autuações fiscais, reclamações trabalhistas ou indenizações a fornecedores ou clientes, nos casos em que a administração, em conjunto com seus advogados, considere provável o desembolso futuro, e sejam atendidos os requisitos estabelecidos no CPC 25, a empresa deverá então reconhecer as respectivas provisões. De acordo com De Oliveira (2016), para o setor bancário essa realidade também se aplica, pois nas análises das notas explicativas, os passivos contingentes, assim como as provisões, divulgados em quase sua integralidade são compostos por processos judiciais, sendo os da área fiscal, cível e trabalhista os mais frequentes nas empresas.

Normalmente as questões relacionadas a processos jurídicos são direcionadas à assessoria jurídica que é fundamental para a análise e correto reconhecimento dos riscos legais. Contudo, no caso dos litígios, há a necessidade de avaliar também a classificação da probabilidade de perda financeira dos processos, atividade que inclui participação de contadores, gestores e auditores que se baseiam em particularidades jurídicas, mas não somente nesse aspecto. Conforme destacam Almeida (2018), Aharony e Dotan (2004) e De Oliveira *et al.* (2020) as estimativas de desfecho e os efeitos financeiros que podem ser percebidos são determinados pelo julgamento da administração da entidade, com acréscimo da experiência adquirida em transações semelhantes e, em alguns casos, corroborado por relatórios de especialistas.

Os riscos e incertezas estão relacionados à variabilidade dos desfechos possíveis para os eventos, sendo fundamental que as entidades estimem a realidade da obrigação. Almeida (2018) acrescenta que os riscos e as incertezas que existem em torno de muitos eventos e circunstâncias devem ser levados em consideração para se alcançar a melhor estimativa de uma provisão. Uma incerteza não justifica a criação de provisões exageradas ou uma superavaliação deliberada de passivos. A melhor estimativa, considerando a realidade de cada caso, é que deve ser observada. Contudo, as classificações de risco de perda financeira na liquidação das obrigações não apresentam padrões de determinação, dependendo do julgamento de gestores, o que poderá acarretar em ambiguidades e incorreções nas avaliações, com divulgação inapropriada sobre as perdas contingenciais. Tal possibilidade gera bastante discussão por se tratar de um tipo de julgamento sujeito à manipulação e de difícil detecção, o que pode ocasionar distorções relevantes no resultado das instituições.

Rosa (2014) reforça que a existência de erros na classificação das contingências passivas poderá distorcer as decisões dos *stakeholders* e que as distorções poderiam estar

relacionadas à subjetividade inerente à interpretação das normas. Nascimento e Arruda (2019) destacam que a divulgação do Passivo Contingente é importante para o mercado de capitais, em que as empresas estão inseridas, uma vez que essa evidenciação demonstra a forma como as empresas lidam com os potenciais riscos ligados à sua atividade.

O reconhecimento da provisão será baseado na melhor estimativa do sacrifício financeiro exigido para a liquidação da obrigação presente na data do balanço (CPC, 2009; Gelbcke *et al.*, 2018). Esse valor que deverá ser definido racionalmente pela entidade de forma a expressar o valor mais próximo ao suficientemente capaz de liquidar ou transferir a obrigação na data da demonstração contábil. É importante que os riscos a que as empresas estejam submetidas sejam divulgados de forma transparente e tempestiva, com o uso de critérios minuciosos em sua avaliação, sem que existam interesses escusos ou de apenas cumprir as determinações legais. Hendriksen e Van Breda (2010) apontam que quando uma obrigação ou um recurso está numa demonstração de posição financeira, considera-se que ela foi reconhecida. Contudo este reconhecimento não ocorre no momento da possibilidade de sua definição, porque não se pode registrar um componente quando não for possível medi-lo. Assim, para um passivo ser reconhecido ele deve ser mensurável. Porém, a impossibilidade da medição de um passivo não faz com que ele deixe de ser considerado como um passivo, este continuará sendo um passivo, contudo, um passivo não reconhecido.

Por sua vez, as provisões são contabilizadas no balanço patrimonial e sua contrapartida gera impacto no resultado. Gelbcke *et al.* (2018) acrescentam que as provisões podem ser consideradas como elementos do passivo, pois tratam-se de obrigações com vencimento aleatório, no entanto com uma elevada probabilidade de ocorrência. O reflexo das provisões, registradas no passivo, será o reconhecimento de uma despesa, aumentando o passivo exigível, havendo redução nos lucros apresentados e deverão ser constituídas independentemente de a companhia apresentar lucro ou prejuízo no exercício.

Esses reflexos atingem diretamente as avaliações das empresas no mercado uma vez que refletem nos diversos indicadores utilizados para verificar o desempenho econômico e financeiro das empresas. Pode se destacar como indicadores comprometidos aqueles que avaliam o retorno do investimento, como o ROE e o ROI, que fornecem o potencial de crescimento e o ganho percentual sobre o capital investido pelos acionistas e pelo ativo total respectivamente (Assaf Neto, 2020), aqueles que medem a proporção do endividamento e a saúde financeira das instituições (Silva, 2019), como o índice de endividamento geral, e também os que observam a capacidade das instituições para saldar suas obrigações, como o índice de solvência por exemplo.

De uma forma geral, é possível indicar que as informações sobre as provisões se encontram no Balanço, enquanto as disponibilizadas sobre passivos contingentes são divulgadas fora no balanço, nas notas explicativas. De acordo com o CPC 25, da divulgação de passivos contingentes deverá constar uma breve descrição da sua natureza e quando for possível, uma estimativa do seu efeito financeiro, assim como uma indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de desembolso e possibilidade de qualquer reembolso. O normativo possibilita que a divulgação seja organizada em grupo, por meio de classes, de acordo com sua natureza (CPC, 2009).

Compreender o cuidado que a empresa dedica ao risco e a sua avaliação é um modo de diminuir o risco dos *stakeholders* e dos interesses que estes representam nas relações com as instituições. Sendo os passivos contingentes relevantes, uma vez que podem afetar o patrimônio de uma empresa, a ausência de suas informações, ou ainda sua divulgação de forma inadequada, pode causar impactos nos modelos de avaliação das empresas, aumentando as incertezas e a assimetria de informações, interferindo no valor de mercado da empresa e

prejudicando as condições de escolha dos usuários entre findar, estabelecer ou manter relações com a organização, tendo condão de causar danos à imagem empresarial perante o mercado financeiro e toda a sociedade. (Gelbeck et al 2018; Carmo, Ribeiro & Mesquita, 2018; De Oliveira et al, 2020).

2.3 A Instituição Financeira Bancos

Sendo uma das instituições mais comuns no dia-a-dia das pessoas físicas e jurídicas, os bancos são entidades que fornecem serviços financeiros à sociedade como um todo, em que sua atividade não se restringe apenas aos seus recursos financeiros, mas também aos de terceiros que os guardam ou investem. Oliveira (2016) destaca que as instituições financeiras são empresas relevantes para a economia e para o desenvolvimento social em razão da geração de crédito, ocupando lugar de destaque na sociedade com a responsabilidade de serem transparentes com seus usuários. Por meio da intermediação financeira, o setor bancário exerce papel fundamental na economia, seja como fonte de financiamento que permite a concretização de investimentos e do consumo privado, seja como instrumento estabilizador da política monetária governamental (Freitas *et al.*, 2018).

Conforme BACEN (2021), são três os tipos de bancos mais atuantes no Brasil: o comercial, o de investimento e o banco múltiplo. Os bancos comerciais são os mais conhecidos pelo público, oferecem serviços de pagamentos, empréstimos e financiamentos, transferência de valores, depósitos e contas corrente e poupança. Os bancos de investimento, por sua vez, são especializados em alocar o capital de seus clientes nos mais diversos investimentos do mercado. Já o banco misto, ou múltiplo, é aquele que junta as funções de banco comercial e banco de investimento. Pode ser público ou privado, com pelo menos duas carteiras, sendo uma delas comercial ou de investimento. Basicamente todos os grandes bancos brasileiros são bancos múltiplos visto que, além de terem carteiras comerciais, também atuam no negócio de investimentos. Além desses três tipos, também existem os bancos de câmbio, que atuam na compra e venda de moeda estrangeira, e os bancos de desenvolvimento que atuam em projetos para desenvolvimento econômico e social. O setor Bancos, dentro do segmento instituições financeiras na B3 possui 26 empresas listadas de diferentes portes, mas predominantemente composta por bancos múltiplos.

A essência do negócio bancário é tipicamente de risco, para Assaf Neto (2020) a continuidade dos negócios financeiros está vinculada à credibilidade que a instituição tem no mercado, sendo bastante dinâmica, convivendo com mudanças estratégicas rápidas diante dos problemas de mercado. Em razão da complexidade das atividades econômicas, o conjunto de exigências e limitações a que são sujeitados os bancos é também extremamente complexo. A alta regulamentação pode ser explicada em virtude da relevância e visibilidade do setor bancário que, ao movimentar recursos em valores expressivos, tende a atrair inúmeros *stakeholders* e a ser acompanhado por diversos grupos de interesse, fator que exigirá maiores controles e mecanismos de mitigação de riscos.

No Brasil, o controle sobre as instituições bancárias é exercido, principalmente, pelo Banco Central, responsável por fazer com que as normas e determinações editadas pelo Conselho Monetário Nacional sejam cumpridas. Se o banco for de capital aberto, amplia-se, ainda mais o grupo de interesse, o que demanda ainda maior controle sobre a organização, pois à medida que passam a negociar ações em mercados organizados e são constituídas no formato de Sociedade Anônimas, também são submetidas às regras da Comissão de Valores Mobiliários e da B3. Freitas et. al (2018) acrescentam ainda que os bancos, no Brasil, seguem regulamentação proveniente dos acordos de Basileia, que visam, entre outros, manter a liquidez e a solvência das instituições financeiras. O reconhecimento, a mensuração e a

divulgação das provisões e dos passivos contingentes são realizadas nas Instituições Financeiras de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do BACEN.

Após a contextualização sobre o segmento Bancário, seguem pesquisas anteriores que abordaram tanto a evidenciação e a configuração dos passivos contingentes, como hipóteses de reclassificação dos passivos contingentes em provisão.

2.4 Estudos Empíricos Anteriores

Há no âmbito nacional diversos estudos sobre Provisões e Passivos Contingentes, boa parte concentra-se no estudo da evidenciação e nos seus reflexos sobre o mercado ou na investigação do nível de conformidade ao cumprimento preconizado pelas normas contábeis.

O estudo de Rosa (2014) buscou identificar o panorama das contingências passivas e mensurar os efeitos da sua reconfiguração na situação econômica de empresas brasileiras. Os resultados da pesquisa com empresas não financeiras demonstram, com relação às origens das provisões e das contingências passivas, em 2012, que as empresas brasileiras apresentam processos judiciais e administrativos que somavam R\$ 498 bilhões. Destacando-se, principalmente, os processos tributários, que representaram 69% do total.

Analisando o efeito da inclusão dos passivos contingentes divulgados em nota explicativa nos indicadores de liquidez, com uma amostra de 184 empresas pertencentes a B3, Scarpin, Macohon e Dallabona (2014) observaram a existência de efeitos significativos para os índices de Grau de Endividamento e Endividamento Geral quando da reconfiguração de 100% dos passivos contingentes em provisão, sendo adicionados ao grupo do passivo não circulante de cada empresa, destacando a relevância da assimetria informacional no que concerne a ausência da evidenciação contábil dos passivos contingentes no Balanço Patrimonial. Jesus e Souza (2015), que pesquisaram os impactos do reconhecimento dos passivos contingentes na situação econômica de empresas brasileiras auditadas pelas quatro maiores empresas de auditoria, observaram, na análise de 50 empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA) em 2014, que se as contingências passivas fossem reconhecidas, 60% das empresas teriam redução nos lucros em mais de 100% e 6% das companhias apresentariam a situação de passivo a descoberto.

Com a intenção de verificar os efeitos da reconfiguração dos passivos contingentes em 53 empresas do setor de energia elétrica entre os anos de 2013 e 2015, Carmo, Ribeiro e Mesquita (2018) simularam cinco cenários de reconfiguração, observando o impacto no desempenho econômico e financeiro através dos indicadores de Liquidez Geral, Endividamento Geral e Retorno do Ativo. Os resultados observados revelaram que, nos cenários em que houve um maior percentual de reconfiguração dos passivos contingentes em provisão, existe uma diferença significativa entre os indicadores calculados com os dados originais quando comparados aos cenários reclassificados. Nascimento e Arruda (2019) avaliaram o nível de divulgação do passivo contingente dos bancos listados nos segmentos diferenciados de governança corporativa da BM&FBovespa analisando os demonstrativos financeiros de 2014 a 2016, mas não a repercussão da conversão de passivos contingentes em provisão. A pesquisa observou que os passivos contingentes mais encontrados foram tributários, trabalhistas e cíveis, respectivamente. Foi percebido que as companhias ainda não estão cumprindo adequadamente as exigências estabelecidas pelo CPC 25 (2009), mas que a maioria apresentou níveis de divulgação considerados satisfatórios.

Ressalte-se que algumas pesquisas destacadas buscaram avaliar os efeitos do reconhecimento das contingências, contudo nenhuma delas observou diretamente o setor

bancário, sendo este um aspecto diferencial da pesquisa. Acrescentamos também como contribuições do presente trabalho a utilização de modelo de reclassificação de passivos contingentes com base em cenários, assim como foi feito por Rosa (2014). Este aspecto consegue observar percentuais de reclassificação considerando os possíveis equívocos de avaliação na classificação feita pelos gestores. Uma vez que a reclassificação de 100% dos passivos é uma hipótese muito remota de ocorrer, pois dificilmente os gestores estariam errados na totalidade de suas avaliações de risco.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, qualitativa e documental. Para atingir o objetivo da pesquisa, foram coletados dados dos relatórios financeiros publicados no ano 2020 referentes ao exercício de 2019 das instituições financeiras de capital aberto listadas na B3 S/A que faziam parte do segmento Banco em setembro de 2020. A seleção de um setor para análise foi motivada pela necessidade de isolar o efeito setorial sobre os resultados.

O recorte temporal justifica-se uma vez que a visualização dos efeitos em um ano é suficiente para observar os efeitos dos passivos contingentes judiciais, que tratam de processos que tem seu desenrolar observado por vários exercícios financeiros com estimativas de perda atualizadas ao longo do tempo. Ademais, o setor Bancário foi selecionado por ser bastante regulamentado, seguindo regras do Banco Central, e por ser S/A, também da CVM. Além disso, o segmento Bancário possui elevada representatividade na Bolsa brasileira, que tende a ser um segmento em que os investidores esperaram por dividendos maiores, o que poderia potencializar o incentivo para a classificação de passivos contingentes como possíveis, uma vez que a classificação como provável impactaria os resultados e consequentemente os dividendos pagos. Com o recorte aplicado, o universo da pesquisa foi formado por 23 empresas que possuíam ações negociadas no período analisado (Quadro 2), após excluídas 3 companhias das quais não se encontrou informações sobre passivos contingentes em suas Notas Explicativas (Alpha Holding, BTG Pactual e Inter).

Quadro 2 - Bancos Analisados

COMPOSIÇÃO AMOSTRA PESQUISA			
ABC Brasil	BASA	CCB	PAN
Alpha Investimento	BB	Indusval	Paraná
BANESE	BMG	Itausa	Pine
Banestes	BNB	ItauUnibanco	Santander
Banpará	Bradesco	Mercantil de Investimentos	Sofisa
Banrisul	BRB	Mercantil do Brasil	-

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Para avaliar o efeito das reconfigurações dos Passivos Contingentes no setor estudado, será utilizada uma adaptação da abordagem elaborada por Rosa (2014). A referida abordagem parte da consideração de que todos os dados presentes nas demonstrações financeiras serão constantes e com a elaboração de cinco cenários para reconfigurar os Passivos Contingentes em Provisões, observando os efeitos dessa reconfiguração no Lucro Líquido e em indicadores para verificar o desempenho econômico-financeiro.

Considerando a discricionariedade relacionada à classificação dos passivos contingentes e à possibilidade de equívocos, erros e inconsistências, as situações criadas para a análise consideram como muito otimista a situação em que a instituição retratou com fidedignidade todos os passivos contingentes aos quais está exposto, a partir deste cenário Rosa (2014) sugere a reclassificação apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Reclassificação dos Passivos Contingentes para Provisões a partir dos seguintes cenários

Cenário	Percentual de probabilidade de efetivação dos Passivos Contingentes
1. Muito Otimista	0%
2. Parcialmente Otimista	25%
3. Moderado	50%
4. Parcialmente Pessimista	75%
5. Muito Pessimista	100%

Fonte: Adaptado de Rosa (2014)

Após a reclassificação dos passivos contingentes em cada um dos cenários, para analisar os efeitos da reconfiguração em provisão, foram observados o impacto no lucro líquido e em 4 indicadores: retorno sobre o patrimônio líquido (ROE), retorno sobre o investimento total (ROI), solvência e endividamento geral. A seleção dos indicadores para verificar o desempenho econômico financeiro segue divisão feita por Assaf Neto (2020), que classifica em análise de retorno do investimento e lucratividade, equilíbrio financeiro e endividamento como sendo dimensões importantes para o processo decisório dos investidores.

4 ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

A Tabela 2 apresenta um resumo dos dados disponibilizados pelas 23 empresas que compõem o estudo, a respeito de seus passivos contingentes (coletados das Notas Explicativas) organizados na ordem decrescente do volume de passivos contingentes.

Tabela 2 - Passivos Contingentes totais e por grupo

BANCO	Passivos Contingentes - Causas Cíveis	Passivos Contingentes - Causas Trabalhista	Passivos Contingentes - Causas Fiscais	Passivos Contingentes - Administrativos e Outras Causas	Total Passivos Contingentes
Bradesco	6.272.466	não informado	33.474.303	não informado	39.746.769
Santander	2.058.000	134.000	25.380.000	103.273	27.675.273
BB	2.184.916	229.907	11.426.347	não informado	13.841.170
BNB	1.865.136	123.996	3.577.567	2.537	5.569.236
Banrisul	699.765	1.661.188	86.144	não informado	2.447.097
Itaúsa	94.000	64.000	1.171.000	não informado	1.329.000
BMG	598.336	6	460.351	não informado	1.058.693
PAN	não especificado	não especificado	não especificado	não especificado	680.108
CCB	229.628	12.019	385.710	não informado	627.357
Banestes	370.128	88.922	96.826	não informado	555.876
BRB	225.924	16.682	129.617	não informado	372.223
ABC Brasil	2.325	16.966	328.920	não informado	348.211
BASA	204.868	21.584	16.796	não informado	243.248
Sofisa	9.526	25.704	124.448	3.150	162.828
BANESE	35.262	40.340	66.273	não informado	141.875
Indusval	17.183	27.010	88.276	não informado	132.469
Banpará	36.449	10.543	18.770	não informado	65.762
ItaúUnibanco	4.264	251	28.959	não informado	33.474
Mercantil do Brasil	1.104	não informado	11.187	1.497	13.788
Alpha Investimentos	não informado	2.992	1.152	não informado	4.144
Mercant. Invest	não informado	não informado	2.041	não informado	2.041
Paraná	não especificado	não especificado	não especificado	não especificado	273
Pine	não especificado	não especificado	não especificado	não especificado	184
Total	14.909.280	2.476.110	76.874.687	110.457	95.051.099
Frequências	15,69%	1,31%	80,88%	0,12%	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Assim como Suave *et al.* (2013), que observou as empresas mais negociadas na BM&FBovespa no ano de 2011, ao analisar as notas explicativas dos bancos listados na B3, percebeu-se que as empresas geralmente informam como passivos contingentes ações que já tramitam em juízo. Na amostra os passivos contingentes em quase sua integralidade são compostos por processos judiciais das áreas fiscal, trabalhista e cível. Verifica-se que para o setor bancário em 2019, os passivos contingentes que tiveram maiores relevância foram as ligadas a processos fiscais, cíveis e trabalhista na respectiva ordem. Resultado semelhante ao encontrado por De Oliveira (2016), que pesquisou as empresas listadas na BM&FBOVESPA que obtiveram os maiores lucros no Brasil em 2014. Por sua vez, Rosa (2014) observou que os processos fiscais/tributários representavam 69% do total de passivos contingentes para as empresas não financeiras no Brasil em 2012.

Na presente pesquisa, observa-se que os processos fiscais representam mais de 80% da composição total dos passivos contingentes, seguido pelos 15,69% representado pelas causas cíveis e pelas causas trabalhistas que chegam apenas a 1,31% do total. Tal resultado diverge daquilo que foi observado por Nascimento e Arruda (2019), que avaliaram o nível de divulgação do passivo contingente dos Bancos listados na Bolsa nos demonstrativos financeiros entre 2014 a 2016, uma vez que os passivos contingentes mais encontrados na ocasião foram os relacionados a processos tributários, trabalhistas e cíveis, respectivamente, o que demonstra uma mudança significativa na composição de passivos para o setor. Como existe uma diferença temporal entre as pesquisas, talvez esta seja reflexo de mudanças de comportamento ou de alterações de políticas contábeis.

O volume total de passivos contingentes apresentado pelas instituições corresponde a montante superior de R\$ 95 bilhões, valor 27,89% maior que a soma do lucro apresentando para o setor que foi de aproximadamente R\$ 74 bilhões. Relacionando o volume de passivos contingentes e lucro líquido apresentado, cabe destacar que os seis bancos (Bradesco, Santander, Banco do Brasil, BNB, Banrisul e Itaú) que figuram no topo da lista em relação ao volume de passivos contingentes são os mesmos que apresentaram maiores lucros líquidos em 2019. As informações sobre Lucro são apresentadas na tabela 3.

Percebeu-se para Santander, BNB, Sofisa e Mercantil do Brasil a presença de informações sobre processos administrativos, sendo os dados relacionados com maior clareza e podendo indicar maior completez na divulgação de informações sobre passivos contingentes. Contudo, os bancos Paraná e Pine apenas relacionaram o total de passivos contingentes, não deixando claro a natureza ou grupo a que estes pertenceriam. O Banco PAN, por sua vez, apenas relacionou processos relevantes (os valores atribuídos foram somados e considerados na presente pesquisa), não deixando claro se haveriam outros casos a serem considerados, assim não deixando evidente o montante total. Já o BNB, mesmo sem a obrigatoriedade normativa de divulgação de passivos contingentes de risco remoto, divulgou esses valores separados por grupos e com breve resumo em nota de rodapé, o que pode ser considerado um indicativo de maior transparência.

Os lucros líquidos das empresas foram retirados das Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE) de 2019. Uma vez que representa o rendimento real das empresas, após dedução de todos os tipos de despesa, o lucro líquido é diretamente afetado na reconfiguração de passivos contingentes em provisões.

A Tabela 3 relaciona, de modo decrescente e em milhares de reais, os montantes de lucro líquido divulgados para as empresas pesquisadas, observando o impacto no lucro em cada um dos cenários propostos e o reflexo percentual no resultado em comparação a situação original para cada faixa de conversão em provisão, sublinhando as situações de prejuízo encontradas para melhor visualização.

Tabela 3 - Lucro Líquido em 2019 e seu ajuste nos cenários propostos

BANCO	Cenário Muito Otimista	Cenário Parcialmente Otimista		Cenário Moderado		Cenário Parcialmente Pessimista		Cenário Muito Pessimista	
	Lucro Líquido Divulgado 2019	Lucro Líquido Ajustado	Variação % em relação ao divulgado	Lucro Líquido Ajustado	Variação % em relação ao divulgado	Lucro Líquido Ajustado	Variação % em relação ao divulgado	Lucro Líquido Ajustado	Variação % em relação ao divulgado
Bradesco	22.582.615	12.645.923	-44,00%	2.709.231	-88,00%	(7.227.462)	-132,00%	(17.164.154)	-176,01%
BB	18.888.318	15.428.026	-18,32%	11.967.733	-36,64%	8.507.441	-54,96%	5.047.148	-73,28%
Santander	16.631.450	9.712.632	-41,60%	2.793.814	-83,20%	(4.125.005)	-124,80%	(11.043.823)	-166,40%
Itaúsa	10.569.000	10.236.750	-3,14%	9.904.500	-6,29%	9.572.250	-9,43%	9.240.000	-12,57%
BNB	1.736.685	344.376	-80,17%	(1.047.933)	-160,34%	(2.440.242)	-240,51%	(3.832.551)	-320,68%
Banrisul	1.269.947	658.173	-48,17%	46.399	-96,35%	(565.376)	-144,52%	(1.177.150)	-192,69%
PAN	621.815	451.788	-27,34%	281.761	-54,69%	111.734	-82,03%	(58.293)	-109,37%
BRB	418.836	325.780	-22,22%	232.725	-44,44%	139.669	-66,65%	46.613	-88,87%
BMG	389.809	125.136	-67,90%	(139.538)	-135,80%	(404.211)	-203,69%	(668.884)	-271,59%
BASA	216.157	155.345	-28,13%	94.533	-56,27%	33.721	-84,40%	(27.091)	-112,53%
Banestes	215.186	76.217	-64,58%	(62.752)	-129,16%	(201.721)	-193,74%	(340.690)	-258,32%
Paraná	187.484	187.416	-0,04%	187.348	-0,07%	187.279	-0,11%	187.211	-0,15%
Banpará	174.662	158.222	-9,41%	141.781	-18,83%	125.341	-28,24%	108.900	-37,65%
Sofisa	120.381	79.674	-33,82%	38.967	-67,63%	(1.740)	-101,45%	(42.447)	-135,26%
Mercantil do BR	113.050	109.603	-3,05%	106.156	-6,10%	102.709	-9,15%	186	-91,65%
BANESE	89.372	53.903	-39,69%	18.435	-79,37%	(17.034)	-119,06%	(52.503)	-158,75%
Alpha Invest.	67.152	66.116	-1,54%	65.080	-3,09%	64.044	-4,63%	63.008	-6,17%
ItaúUnibanco	27.813	19.445	-30,09%	11.076	-60,18%	2.708	-90,27%	(5.661)	-120,35%
Mercant. Invest.	2.227	1.717	-22,91%	1.207	-45,82%	696	-68,74%	99.262	-12,20%
Indusval	(11.437)	(44.554)	289,56%	(77.672)	579,12%	(110.789)	868,69%	(143.906)	1158,25%
CCB	(39.257)	(196.096)	399,52%	(352.936)	799,04%	(509.775)	1198,56%	(666.614)	1598,08%
ABC Brasil	(44.551)	(231.604)	60,22%	(318.657)	120,45%	(405.709)	180,67%	(492.762)	240,89%
Pine	(115.627)	(115.673)	0,04%	(115.719)	0,08%	(115.765)	0,12%	(115.811)	0,16%
LUCRO TOTAL	74.321.959	50.836.240	68,40%	28.600.743	38,48%	18.847.591	25,36%	14.792.328	19,90%

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

No ano de 2019, dentro da amostra formada por 23 instituições, 19 apresentaram lucro e 4 tiveram prejuízo (Indusval, CCB, ABC Brasil e Pine), assim, conjuntamente elas obtiveram resultado positivo no exercício, observa-se um volume de lucro líquido superior a R\$ 74 bilhões. Os três maiores resultados são: Bradesco, BB e Santander. Com a simulação da reconfiguração dos passivos contingentes em provisões e conseqüente redução dos resultados obtidos, é perceptível o impacto negativo no lucro das empresas, apresentando um aumento considerável na quantidade de empresas que passariam a ter resultados negativos nos cenários de reclassificação na medida em que as constituições de provisão eram majoradas.

Entre o cenário original e o cenário parcialmente otimista não é observado aumento no número de empresas com prejuízos, contudo, o lucro somado das instituições já é reduzido em mais de 30%. Ressalta-se que o lucro total do setor no cenário muito pessimista seria de apenas 19,90% do divulgado. Acrescentamos que das empresas que apresentaram prejuízos no cenário real, Indusval e CCB teriam seu prejuízo ampliado em patamares superiores a 1000% no cenário de reconfiguração total dos passivos contingentes.

No cenário muito pessimista, o número de empresas com prejuízo chegaria a 15, valor que equivale à 65,21% da amostra, sendo que 11 dentre as 19 empresas que tiveram lucro em 2019, 57,89%, teriam os lucros reduzidos em mais de 100% em razão da constituição de

provisão. Tal resultado se aproxima ao encontrado por Jesus e Souza (2015), quando pesquisaram os impactos do reconhecimento de 100% dos passivos contingentes em 50 empresas brasileiras listadas BM&FBOVESPA em 2014, percebendo que 60% das empresas teriam redução nos lucros em mais de 100% naquela situação.

Para observar os possíveis efeitos na rentabilidade e potencial crescimento das empresas, foram levantados os índices de retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) e o retorno sobre o investimento total (ROI), considerando os efeitos da reconfiguração dos passivos contingentes na diminuição dos lucros líquidos das empresas, como foi feito na Tabela 3, sendo realizado a razão do lucro sobre o patrimônio líquido permanecendo constante e sobre o ativo total, também considerando que não haveriam alterações. Os dados foram extraídos do balanço patrimonial e da DRE das demonstrações financeiras de 2019 dos Bancos. Tabela 4 apresenta as médias para o setor bancário em cada um dos cenários de análise.

Tabela 4 - Evolução da média do ROE e ROI nos cenários propostos

Indicador	Cenário Muito Otimista (Original)	Cenário Parcialmente Otimista	Cenário Moderado	Cenário Parcialmente Pessimista	Cenário Muito Pessimista
Média ROE	11,56%	-6,33%	1,10%	-4,13%	-9,36%
Média ROI	1,93%	1,36%	0,78%	0,20%	-0,38%

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Aferindo, para cada R\$ 1 investido, o retorno líquido do acionista, demonstrando a resposta sobre o capital investido na empresa, com a reconfiguração hipotética dos passivos contingentes, observa-se uma redução gradativa na média do ROE das instituições, saindo do patamar médio de 11,56% no cenário muito otimista para uma média de -9,36% no cenário muito pessimista. Considera-se que quanto maior o ROE, mais rentável e atrativa aos investidores a empresa é, dessa forma a redução deste indicador pode significar uma redução na capacidade de gerar valor com menor dispêndio de recurso.

Originalmente o maior ROE é o apresentado pelo Banco do Nordeste (32%) e o menor é o do Pine (-13,12%). No cenário muito pessimista, a empresa a apresentar maior ROE é o Itaú (15,83%) e o menor seria o Banco do Nordeste (-70,61%). Tal observação corrobora com a atenção especial que deve ser dispensada aos passivos contingentes, uma vez que a empresa que tem o maior índice de ROE dentre as instituições analisadas é a mesma que apresenta o menor índice no cenário muito pessimista.

Com relação ao índice que evidencia a riqueza gerada por todos os ativos combinados, ROI, é percebida uma redução na média do ROI dos Bancos, que na configuração original presente nas demonstrações financeiras de 2019 é de 1,93% e é reduzida gradativamente na razão oposta ao aumento da conversão dos passivos contingentes nos cenários, chegando à média de -0,38% no cenário de reconfiguração total. No cenário muito otimista, o maior ROI é o apresentado pelo Itaú (15,56%) e o menor é o do Pine (-1,16%). No cenário muito pessimista, a empresa que apresenta o maior ROI permanece sendo o Itaú (13,69%) e o menor seria o Banco do Nordeste (-6,54%).

Carmo, Ribeiro e Mesquita (2018), ao verificarem os efeitos da reconfiguração dos passivos contingentes nas empresas do setor de energia elétrica entre 2013 e 2015, observaram que o ROI médio das empresas variava de 3,37% a 6,54% no cenário original, mas que o ROI médio das empresas poderia ser reduzido para até -13,12% no período analisado, o que alteraria o panorama financeiro e de desempenho de forma mais gravosa nas empresas do setor energético se comparadas ao setor bancário, em que as variações percebidas seriam mais discretas.

De forma a analisar possíveis efeitos na capacidade de as empresas cumprirem com suas obrigações de prazo mais longo, foi observado o índice de solvência dos Bancos, cálculo obtido com a relação entre o ativo total, que foi considerado constante para todos os cenários, e o passivo exigível, que foi acrescido dos valores relacionados a conversão em provisões do percentual proposto em casa um dos cenários. Os valores foram obtidos no balanço patrimonial das empresas. Na Tabela 5, seguem os valores médios do índice de solvência dos Bancos, sendo no caso desconsiderados no cálculo as instituições Itaú e Mercantil do Brasil, pois apresentavam valores muito discrepantes dos demais (739,95% e 328,51%, respectivamente), o que distorceria a análise.

Tabela 5 - Evolução da média do indicador de solvência dos Bancos nos cenários observados

Indicador	Cenário Muito Otimista (Original)	Cenário Parcialmente Otimista	Cenário Moderado	Cenário Parcialmente Pessimista	Cenário Muito Pessimista
Média Solvência	113,31%	112,56%	111,82%	111,10%	110,40%

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Entre o cenário muito otimista e o cenário muito pessimista, a média do índice de solvência das instituições sai do patamar de 113,31% para 110,40%, demonstrando que a conversão em provisão da totalidade do passivo contingente afeta as empresas, mas que demonstram que as empresas do setor bancário são solventes ainda no cenário mais agressivo de reconfiguração de passivos. No cenário muito otimista, o banco com maior índice de solvência dentre os considerados no cálculo da média é o Paraná (133,40%) e o com menor índice, Banestes (107,16%). No cenário muito pessimista, o Paraná permanece sendo a empresa a apresentar maior solvência praticamente no mesmo percentual (133,39%) e o menor seria o BNB (99,76%).

Para observar a saúde financeira das empresas, medindo a proporção do endividamento da companhia em relação ao total de seus ativos, calculou-se o índice de endividamento geral, sendo este o quociente do passivo total, recalculado para os cenários com os acréscimos decorrentes da conversão dos passivos contingentes em provisões nas faixas sugeridas, sobre o ativo total, mantido como constante em todos os cenários. Os dados utilizados foram retirados dos Balanços Patrimoniais das instituições. Na Tabela 6, seguem os valores médios do índice de endividamento geral dos Bancos, sendo desconsiderados no cálculo as instituições Itaú e Mercantil do Brasil, pois apresentavam valores muito discrepantes dos demais (13,51% e 30,44%, respectivamente), distorcendo a média.

Tabela 6 - Evolução da média do indicador de endividamento geral dos Bancos nos cenários observados

Indicador	Cenário Muito Otimista (Original)	Cenário Parcialmente Otimista	Cenário Moderado	Cenário Parcialmente Pessimista	Cenário Muito Pessimista
Média Endividamento	88,48%	89,08%	89,67%	90,27%	90,86%

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

O índice de endividamento é considerado quanto menor, melhor. Nos cenários observados, observa-se 2,38 pontos percentuais de variação entre os cenários extremos da pesquisa, saindo de 88,48% para 90,86%. No cenário muito otimista, situação real das empresas pesquisadas em 2019, o banco com menor índice de endividamento geral dentre os utilizados no cálculo da média é o Paraná (74,96%) e o com maior índice, Banestes (93,32%). No cenário com conversão total dos passivos contingentes em provisão, o Paraná mantém-se como a empresa com menor endividamento geral (74,97%) e o maior seria o BNB (100,24%).

O resultado encontrado para a variação no índice de endividamento geral assemelha-se ao encontrado por Scarpin, Macohon e Dallabona (2014) quando observaram que o endividamento geral apresentou variação percentual inferior a 5%, considerando a

reconfiguração de 100% dos passivos contingentes em provisão do ano de 2010 para 2011 em amostra com mais de 180 empresas pertencentes a B3.

De modo geral, os resultados percebidos com esta pesquisa refletem a relevância da análise sobre a reconfiguração dos passivos contingentes para os resultados das empresas, ressaltando a necessidade de conhecer os riscos e os efeitos que podem provocar nas demonstrações contábeis, na sequência são destacadas as considerações finais sobre os resultados obtidos.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo analisar os possíveis efeitos econômicos e financeiros da reconfiguração dos passivos contingentes judiciais em provisões em instituições financeiras listadas na B3 levando em consideração o exercício de 2019, considerando como prováveis determinantes as variações no lucro líquido, retorno sobre o patrimônio líquido e sobre o investimento total, solvência e endividamento geral.

Os passivos contingentes e as provisões diferenciam-se principalmente pelo grau de risco atribuído a probabilidade da perda financeira e o impacto desta avaliação nos resultados desta avaliação, pois as provisões devem ser mensuradas e contabilizadas, enquanto que os passivos contingentes são apenas divulgados em notas explicativas, assim, foi evidenciado que 88,46% das empresas pesquisadas divulgaram informações sobre passivos contingentes e que estes são compostos essencialmente por processos jurídicos em andamento, com destaque para as causas fiscais, seguida pelas cíveis e trabalhistas como mais recorrentes.

Como resultado, foi constatado que o risco representado pelos passivos contingentes tem o condão de impactar significativamente na redução dos lucros auferidos ou na ampliação dos prejuízos das empresas, o que foi observado a partir de cenários de reconfiguração acima de 50% dos passivos contingentes em provisão. Diretamente ligados aos resultados das empresas, os indicadores relacionados a rentabilidade são bastante afetados nas hipóteses criadas pelo trabalho, demonstrando o risco presente nos passivos contingentes que podem afetar a capacidade de geração de valor das instituições. Todavia, constatou-se que as variações relacionadas à média de solvência e endividamento sofreram variação moderada, não superior em ambos casos a 3 pontos percentuais na variação entre as hipóteses mais extremadas da pesquisa, assim como cerca de 34,78% da amostra (8 empresas) não apresentou sequer prejuízo com a reconfiguração integral de seus passivos contingentes em provisão o que demonstra a capacidade financeira e estrutura das empresas do setor Bancário no Brasil.

O estudo contribui como incentivo a uma análise mais criteriosa na classificação dos riscos dos processos judiciais, diante do impacto da dinâmica das provisões na ótica da saúde financeira das empresas, culminando em informações mais confiáveis e próximas à realidade. Destaca-se que o resultado da pesquisa não pode ser generalizado, visto que os cenários são hipotéticos, as análises foram realizadas com indicadores de modo geral e baseadas em médias, os impactos e riscos dos passivos contingentes são individualizados para cada uma das empresas, devendo ser ponderado que ao lidar com cenários de risco, como são os passivos contingentes, os prejuízos serão sempre uma possibilidade, representando, portanto, uma limitação ao estudo.

Sugere-se para pesquisas futuras a aplicação de novas variáveis em conjunto com os indicadores utilizados, bem como a ampliação no universo de pesquisa, incluindo comparações entre exercícios e períodos mais extensos para análise.

REFERÊNCIAS

- Almeida, M. C. (2018) **Contabilidade Intermediária**, 2ª ed. São Paulo; Atlas.
- Aharony, J.; Dotan, A.A (2004) Comparative analysis of auditor, manager and financial analyst interpretations of SFAS 5 disclosure guidelines. **Journal of Business Finance & Accounting**, 31, 475-504.
- Assaf Neto, A. (2020). **Estruturas e Análise de Balanços** - Um Enfoque Econômico-financeiro. 12ª ed. São Paulo: Grupo GEN.
- Banco Central do Brasil – BACEN (2010). **Carta Circular nº 3.429**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Carta%20Circular&numero=3429>. Acesso: 10 mai. 2021.
- Banco Central do Brasil – BACEN (2021). Estabilidade Financeira. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira>. Acesso em: mar. 2021.
- Barroso, C. E. F. de M. (2020). **Processo Civil**: teoria geral do processo e processo de conhecimento. 18ª ed. São Paulo: Saraiva.
- B3, A Bolsa do Brasil (2020). **Classificação setorial**. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/acoes/consultas/classificacao-setorial/. Acesso em: 16 set. de 2020.
- Carmo, C. H. S; Ribeiro, A. M.; Mesquita, K. M. P. (2018) Impacto da reconfiguração dos passivos contingentes no desempenho financeiro: Uma análise nas empresas brasileiras do setor de energia elétrica. **Enfoque: Reflexão Contábil**, 37(1), 91-109.
- Cohen, D. et al. (2011) Warranty Reserve: Contingent Liability, Information Signal, or Earnings Management Tool? **The Accounting Review**. 86(2), 569-604.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2009). **CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. Disponível em: <http://bit.ly/2szLAPF>. Acesso: julho 2020.
- Darabi, R., Faghani, M. (2012). The Disclosure Effects of Contingent Liabilities and Ambiguities On Making Decision by Users of Financial Statements. **International Journal of Business and Commerce**, 1(5), 13–2.
- De Oliveira, R. B.; Camelo, A. C. O.; Daciê, F P.; Anzilago, M. (2020). Análise do disclosure das provisões e dos passivos contingentes: um estudo de caso das empresas aéreas listadas na B3 em relação aderência ao CPC 25. **Ambiente Contábil**, 12(2), 1-24.
- De Oliveira, C. (2016). **Análise do cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes**: Uma análise de empresas listadas na BM&FBovespa. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Socioeconômico. Curso de Ciências Contábeis, Florianópolis.
- Infomoney. (2021). As Empresas mais lucrativas da Bolsa Brasileira em 2019 e os maiores prejuízos, **Infomoney**. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/negocios/as-empresas-mais-lucrativas-da-bolsa-brasileira-em-2019-e-os-maiores-prejuizos/>. Acesso: 03 jan. 2021.
- Fonteles, I. V. et al. (2013) Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Gestão Organizacional (RGO)**. 6(4), 85-98.
- Freitas, G. A.; Silva, E. M.; Oliveira, M. C.; Cabral, A. C. de A. (2018). Governança Corporativa e Desempenho dos Bancos Listados na B3 em Ambiente de Crise Econômica. **Contabilidade, Gestão e Governança**, 21(1) 100-119. Disponível em: http://dx.doi.org/10.21714/1984-3925_2018v21n1a6. Acesso: 22 abr. 2020.
- Gelbecke, E. R.; Santos, A. dos; Iudícibus, S. de; Martins, E. (2018). **Manual de Contabilidade Societária**, 3ª ed. São Paulo: Atlas.
- Hendriksen, E. S.; Van Breda, M. F. (2010) **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas.
- Iudícibus, S. de; Mariaon, J. C. (2019). **Contabilidade Comercial**. 11ª. ed. São Paulo: Atlas.

- Jesus, S. S. de; Souza, M. M. (2015). de. Impacto do reconhecimento dos passivos contingentes na situação econômica das empresas brasileiras auditadas pelas big four. In: Congresso de Contabilidade, Universidade de Santa Catarina e Universidade de Valência. **Anais...** Santa Catarina: Disponível em: http://dvl.ccn.ufsc.br/10congresso/anais/6CCF/89_15.pdf. Acesso: 15 dez. 2020.
- Kietzmann, F. (2017). **Provisionamento de Processos Judiciais e Administrativos**, 1ª ed. São Paulo: Almedina.
- Nascimento, C. S.; Arruda, J. A. S. (2019). Nível de divulgação do passivo contingente: um estudo nos bancos listados na BM&FBovespa. **Revista Gestão em Análise**, 8(2), 46-60.
- Niyama, J. K, Silva, C. A. T. (2013). **Teoria da Contabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas.
- Oliveira, S. J. B. de. (2016). **Divulgação do passivo contingente por instituições financeiras brasileiras**. TCC (graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza-CE. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/30733>. Acesso: 22 abr. 2020.
- Pinto, A. et al. (2014) Value Relevance da Evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes. **Pensar Contábil**, 16(61), 54-65.
- Poeta, F. Z. (2012). **Julgamento relacionado às contingências**: mensuração e análise das expressões verbais de probabilidades relativas ao passivo contingente. Florianópolis. Dissertação (mestrado em Contabilidade), Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade de Santa Catarina. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/100651>. Acesso: 02 jan. 2021.
- Rosa, C. A. da. (2014) **Panorama e reconfiguração das contingências passivas no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129202>. Acesso: 08 jul. 2020
- Scarpin, E. J.; Macohon, E. R.; Dallabona, L. F. (2014). Variabilidade dos índices de Endividamento em relação à adição dos passivos contingentes na estrutura patrimonial das empresas listadas na BM & Bovespa. **Revista de Contabilidade e Organizações**, 22, 3-14.
- Silva, A. A. da. (2019) **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- Suave, R.; Codesso, M. M.; Pinto, H. de M.; Vicente, E. F. R.; Lunkes, R. J. (2013) Divulgação de Passivos Contingentes nas Empresas mais líquidas da BM&FBovespa. **Revista da Unifebe**, 1(11), 1-17.